

14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT12 - Corpo, Gênero e Sexualidade

**FEMINISMO E ENGAJAMENTO MILITANTE: Perfis e Repertórios de Lideranças do
Fórum Maranhense de Mulheres**

Nicole Raiane Rodrigues Moraes¹

INTRODUÇÃO

Este artigo sistematiza os resultados de minha pesquisa de mestrado conduzida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA, sob a égide do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais² (LEEPOC/UFMA). O objetivo central é investigar os mecanismos de consagração e legitimação de determinadas mulheres como vozes públicas da “causa feminista” no Maranhão. Analisa-se, especificamente, um grupo de agentes cujas trajetórias revelam o acúmulo estratégico de recursos e competências, o que lhes permitiu converter investimentos sistemáticos em prestígio político-cultural reconhecido tanto interna quanto externamente ao movimento social.

A gênese dessa atuação remonta ao curso de extensão “Mulher na Sociedade Brasileira”, promovido pelo Departamento de Sociologia da UFMA, ambiente precursor onde se articulou a fundação do Grupo Mulheres da Ilha e, posteriormente, do Fórum Maranhense de Mulheres³ (FMM) em 1986.

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (PPGSoc/UFMA). Atualmente, Doutoranda pelo mesmo Programa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

² Mais do que isso, a investigação integra-se especificamente na linha de pesquisa voltada para as “modalidades, espaços e repertórios de intervenção das elites”, cujo propósito é analisar as condições sob as quais certos/as agentes conquistam posições de destaque no espaço social mais amplo. Foi nesse ambiente de pesquisa coletiva que nos dedicamos a analisar agentes que, ao acumularem recursos e habilidades para a manipulação da arte da representação política (Grill; Reis, 2016; Bourdieu, 1988, 2002), firmaram-se como vozes legitimadas da causa “feminista” no Maranhão.

³ O Fórum Maranhense de Mulheres emergiu como uma iniciativa estratégica liderada pelo Grupo Mulheres da Ilha, representando um marco fundamental na organização do movimento feminista no estado do Maranhão. Sua criação materializou-se, de acordo com os relatos, como resposta à necessidade histórica de construir um espaço amplo e plural de articulação entre os diversos coletivos, organizações e vertentes feministas que atuavam no

A reconstrução dessa trajetória histórica e institucional foi viabilizada pelo cruzamento da historiografia acadêmica com a produção intelectual e memorialística das próprias militantes (Ferreira, 2007; Pinto e Ferreira, 2017; Moraes, 2016; Moita, 2024). Foi a partir desse mapeamento que se definiram as cinco agentes centrais desta análise: Mary Ferreira, Neuzeli Pinto, Conceição Amorim, Lourdes Leitão e Silvana Magali, cujas trajetórias transcendem os limites institucionais e as posicionam como interlocutoras privilegiadas da causa em diferentes arenas sociais. Este recorte considera tanto as atividades e os cargos exercidos por elas no interior da instituição, quanto outras atuações e posicionamentos em prol da causa que culminaram em seu reconhecimento como porta-vozes do feminismo maranhense na esfera social mais ampla.

Destaca-se particularmente a intersecção entre militância e universidade, onde essas agentes, todas vinculadas a instituições de ensino superior, acumularam prestígios cultural e simbólico, monopolizando oportunidades de influência política e intelectual (Grill e Reis, 2016). Suas atuações transcendem a pesquisa e o ensino, abarcando espaços institucionais internos e externos que credenciam e legitimam sua autoridade. Esta análise caminha no sentido de compreender os princípios de hierarquização que estruturam os diferentes *domínios sociais* onde atuam (Grill e Reis, 2020), bem como os códigos e representações que sustentam as dinâmicas do espaço social maranhense.

Antes da exposição específica dos dados, cumpre estabelecer os delineamentos do referencial teórico-metodológico que orienta esta investigação. A proposta fundamenta-se no princípio da indissociabilidade entre teoria e método, buscando distanciar-se das dualidades recorrentes nas escolhas sociológicas ao adotar as orientações de Pierre Bourdieu e Norbert Elias. Estes autores dedicam-se a questionar dicotomias como indivíduo e sociedade, subjetivo e objetivo, liberdade e coerção, propondo uma compreensão dos fenômenos sociais como processos dinâmicos atravessados por relações de força, interdependências e disputas simbólicas.

Todavia, a aplicação desse referencial em contextos reconhecidamente periféricos, como o brasileiro, exige adaptações críticas. Odaci Luiz Coradini (1996; 2017) alerta que a

estado. Sua composição plural permitiu desenvolver uma dupla estratégia: fortalecer a capacidade de incidência política através da unificação das pautas feministas, enquanto preservava a riqueza da diversidade de perspectivas que caracterizava o ativismo de mulheres no estado. Conforme registrado em sua Carta de Princípios (1986, p. 2), o Fórum surgiu explicitamente para “pensar ações de forma articulada com o Estado, objetivando dar maior visibilidade à luta das mulheres com vistas à implementação de políticas públicas”.

transposição acrítica desses modelos pode conduzir a equívocos analíticos, pois a complexidade de conceitos como *configuração*, *habitus*, *campo* etc., exige um rigor metodológico nem sempre compatível com a fragilidade institucional do meio acadêmico nacional. Como ressalta o autor, as condições de utilização do referencial não podem ser reduzidas a uma questão de escolha teórica, pois envolvem as condições sociais de sua aprendizagem e aplicação (Coradini, 1996, p. 207).

Nesse quadro analítico inserem-se as contribuições de Eliana Reis e Igor Grill (2016; 2018; 2020; 2023), cujos trabalhos oferecem aportes fundamentais para a compreensão dos processos de consagração intelectual em contextos diferenciados. Em vias de pensar uma estrutura como *campo*, os autores propõem a noção de *domínios sociais*, categoria considerada mais adequada para realidades marcadas por baixa institucionalização e por fronteiras porosas entre as diferentes esferas de atuação. No caso específico do Maranhão, a configuração do espaço social apresenta quatro características estruturais segundo a autora e o autor: 1) a reduzida diferenciação entre esferas, que favorece a circulação de agentes entre distintos domínios; 2) a centralidade do capital relacional e a personificação do prestígio, que se sobrepõem a credenciais institucionais formais; 3) a hierarquização pautada por códigos de honra e mecanismos de patronagem; 4) e o inundamento de domínios culturais e científicos por lógicas políticas (Reis e Grill, 2016). Nesse modelo, os/as agentes mais bem-sucedidos/as são aqueles/as que logram acumular *multinotabilidades*, ou seja, reconhecimentos simultâneos em diferentes esferas sociais obtidos por meio da capacidade de transitar entre domínios e converter recursos de um espaço em legitimidade em outro (Reis e Grill, 2023).

A dimensão regional ganha centralidade nessa abordagem, pois a estruturação dos espaços sociais no Brasil e, particularmente, no Maranhão, não pode ser compreendida pelos mesmos parâmetros dos modelos europeus. A porosidade entre esferas e a baixa institucionalização conferem especificidade às dinâmicas de consagração e legitimação no contexto regional (Reis e Grill, 2018; 2023).

Vinculada a essa discussão, a pesquisa incorpora as contribuições de Joan Scott (2019), que concebe o gênero como uma categoria analítica histórica e relacional, operando como elemento constitutivo das relações sociais e forma primária de significar relações de poder. Essa abordagem é articulada ao princípio da interseccionalidade, permitindo compreender como marcadores sociais como classe, raça, religião e localização geográfica se

entrelaçam ao gênero para produzir experiências específicas e condições particulares de legitimação. No contexto pesquisado, tal articulação evidencia que o reconhecimento e a autoridade dessas mulheres não se constroem apenas pelo pertencimento de gênero, mas também pelas posições de classe, redes religiosas e trânsitos geográficos que marcam suas trajetórias (Reis, 2020; Carneiro, 2024).

A construção da base de dados desta pesquisa articulou múltiplas estratégias metodológicas, integrando fontes digitais, documentais e orais. O levantamento sistemático incluiu a consulta à Plataforma Lattes, aos sites institucionais das universidades com as quais as agentes mantêm vínculos e à página oficial do Fórum Maranhense de Mulheres. Estas informações foram complementadas por materiais digitais diversificados, como entrevistas, depoimentos, imagens e reportagens que referenciavam os perfis investigados. Adicionalmente, realizou-se o monitoramento das comunidades virtuais das agentes e do Fórum no Instagram e Facebook, procedimento que permitiu capturar dimensões contemporâneas de seu engajamento público e projeção de imagem. Os dados coletados abrangeram um espectro multidimensional das trajetórias, contemplando dados biográficos fundamentais como local de nascimento, origem familiar, formação parental e contexto socioeconômico, além da trajetória acadêmica completa desde a graduação até o doutoramento. A investigação mapeou, ainda, os vínculos institucionais com universidades, centros de pesquisa e organizações da sociedade civil; a atuação profissional em cargos e funções administrativas; a produção intelectual na forma de artigos, livros e orientações; o ativismo político por meio de filiações partidárias e participação em movimentos sociais; e reconhecimentos públicos como prêmios e homenagens.

O corpus documental foi expandido mediante a realização de entrevistas semiestruturadas com quatro das cinco agentes investigadas, Neuzeli Pinto, Conceição Amorim, Mary Ferreira e Silvane Magali. O roteiro das entrevistas explorou especialmente os processos de decisão quanto às escolhas formativas e profissionais, as estratégias de inserção em redes acadêmicas e políticas, os mecanismos de conversão de prestígio acadêmico em influência política e as percepções individuais sobre trajetória e reconhecimento público. No caso de Lourdes Leitão, a ausência de resposta aos pedidos de contato foi suprida mediante a análise rigorosa de materiais biográficos disponíveis em acervos institucionais e midiáticos.

Para o tratamento e análise, os dados foram organizados em quadros sinópticos segundo a abordagem prosopográfica proposta por Charle (2006), o que permitiu identificar padrões e recorrências nas trajetórias. Esta sistematização revelou que todas as agentes possuem pós-graduação *stricto sensu*, sendo quatro doutorados e um mestrado, com trajetórias institucionais predominantemente vinculadas a universidades públicas maranhenses. A análise dos Currículos Lattes demonstrou investimentos contínuos em produção intelectual, com média de quinze publicações por agente, além de orientações acadêmicas, participação frequente em congressos nacionais e internacionais e a coordenação de projetos de pesquisa com financiamento público.

Este exercício analítico permitiu identificar dinâmicas de *multinotabilidades* e *multiposicionalidades* (Grill e Reis, 2016; 2020), demonstrando como as agentes circulam entre espaços acadêmicos, militantes e culturais. Tal circulação expressa-se na acumulação de cargos com simultaneidade de funções acadêmicas, administrativas e políticas, bem como no trânsito fluido entre universidade, governo e movimentos sociais. A exploração integrada dessas fontes evidenciou, por fim, que a reconversão de credenciais acadêmicas em autoridade política e o papel crucial das redes de socialização são os elementos que legitimam estas mulheres como porta-vozes do feminismo maranhense, articulando de forma eficaz saberes acadêmicos e ativistas.

1. CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DO FEMINISMO MARANHENSE: Entre Igreja Católica, Movimento Estudantil e Universidade.

A análise das trajetórias dos cinco perfis revela um padrão estruturante de engajamento inicial por meio de movimentos vinculados à Igreja Católica progressista. Dos casos estudados, quatro agentes tiveram sua iniciação política em espaços eclesiais marcados pela Teologia da Libertação, aproximando-se das contribuições de Grill e Reis (2023) sobre a existência de uma disposição ético-religiosa no cenário maranhense que gera relações em bases comunitárias e predispõe os indivíduos ao engajamento público.

Conforme demonstra Reis (2014), a atuação política no estado entre as décadas de 1960 e 1970 foi profundamente influenciada por agentes eclesiais estrangeiros, oriundos de países como Itália e Bélgica, que atuaram como mediadores entre as demandas locais e as

redes internacionais de solidariedade. Este processo de expansão de um mercado de bens simbólicos, iniciado nos anos 1950, refletiu-se na criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na organização de movimentos em defesa dos/as trabalhadores rurais, moldando um cenário único de mobilização social⁴ que conjugava o local e o global de forma peculiar no contexto brasileiro (Seidl, 2020).

Os relatos colhidos ilustram vividamente como o ambiente doméstico e religioso se fundem na construção de uma identidade militante. Silvane Magali descreve que seu envolvimento político deu-se por intermédio da avó materna, cuja proximidade com a igreja permitiu o contato direto com sacerdotes que, à época, eram identificados como “padres comunistas”.

O meu vínculo mesmo, todo o meu envolvimento, ele se dá por meio da minha avó materna, pela relação dela com a igreja: [...] Foi através dela que eu fui para a igreja e conheci os padres, que na época eram chamados de padres comunistas. (Entrevista III. [ago. 2024]. Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024).

Neste recorte, a figura feminina da avó atua como mediadora fundamental, funcionando como ponte entre o espaço privado da casa e o espaço público da militância eclesial. Esta transmissão de valores demonstra que a disposição para a revolta contra a injustiça social foi precocemente alimentada por um mercado de bens simbólicos vinculado à Teologia da Libertação (Reis, 2014). De modo semelhante, Mary Ferreira destaca seu pioneirismo familiar no engajamento político, iniciado nos anos 1970 dentro do movimento de igreja vinculado à Teologia da Libertação.

⁴ Para aprofundar o debate sobre as mediações culturais no contexto brasileiro, o estudo de Seidl (2020) oferece contribuições relevantes ao analisar a atuação de agentes vinculados ao catolicismo no Sul do país. Examinando as relações entre carreiras religiosas e intelectuais. O autor identifica que estes mediadores desenvolvem tarefas especializadas de "reelaboração identitária e reinterpretação histórica dos grupos sociais" (p. 63), atuando na criação de estilos de vida e disseminação de valores culturais. Através da ressignificação de categorias globalizadas às particularidades locais, consolidam sua influência nos campos religioso e intelectual. Conforme Reis (2009, p. 5), constroem um "lugar singular de inscrição" que considera suas localizações geográficas e contextos específicos, utilizando símbolos distintivos que são rememorados e ressignificados na legitimação de causas. Dessa forma, o processo de mediação articula narrativas identitárias e consolida enquadramentos simbólicos que reforçam a autoridade desses agentes em seus espaços de atuação.

Eu fui a primeira da família a ter engajamento político [...] Primeiramente com o movimento de igreja, nos anos 70, quando a igreja tinha um lado envolvida com a teologia da libertação. (Entrevista IV. [set. 2024]. Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024).

O debate aqui gira em torno da ideia de que o espaço eclesial ofereceu o suporte para a ruptura com destinos sociais pré-estabelecidos. Ser a “primeira da família” indica que a Igreja forneceu as ferramentas linguísticas e o recurso cultural necessários para que essas mulheres se percebessem como sujeitos políticos. Como apontam Grill e Reis (2023), o *ethos* missionário da Igreja (pode) ter moldado uma disposição para a intervenção pública que seria a base para a futura liderança no movimento de mulheres.

Um dado central nos relatos é a fluidez entre o engajamento religioso e o acadêmico, onde a entrada nas universidades é descrita não como uma ruptura, mas como uma continuidade do trabalho de base realizado nas pastorais. Outro trecho das entrevistas detalha esse trânsito ao afirmar que, movida pelo sentimento de injustiça social cultivado na igreja, a agente ingressou no movimento estudantil logo no primeiro período da graduação, tornando-se coordenadora de centro acadêmico em pouco tempo.

Então, no primeiro período, já ingressei no movimento estudantil da UFMA. É, em mil novecentos e... mil novecentos e oitenta e quatro. Já na universidade, precisamente, com dezoito anos. Aí eu entro no movimento estudantil logo no primeiro período, porque... Eu acho que sempre o que me moveu até hoje, na minha vida toda, é a injustiça social. Então, quando eu entrei na universidade, vários alunos estavam sendo processados pelo reitor, várias professoras, inclusive do meu curso. Meu curso era e até hoje ainda tem uma marca de vanguarda, de resistência na universidade. Então, eu... Eu fui, assim, eles passavam nas turmas, professores, estavam convidando para as reuniões no sindicato de professores. E eu queria, porque eu achava tudo aquilo injusto que eles estavam relatando. Então, eu fui logo no primeiro período para essas reuniões e fui me envolvendo. De repente, já estava ali, um pouco de tempo já era coordenadora de centro acadêmico, e fui me envolvendo cada vez mais. (Entrevista III. [ago. 2024]. Entrevistadora: Nicole Raiane. São Luís, 2024).

Este fenômeno revela que as técnicas de mobilização comunitária e as linguagens de contestação assimiladas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na Pastoral da Juventude (PJ) serviram como um repertório de ação prontamente disponível para as disputas no ambiente universitário.

Essa conexão profunda entre a formação acadêmica e o engajamento religioso foi potencializada por marcos históricos como a Greve da Meia-Passagem⁵ em 1979, que transformou o campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) no principal espaço de articulação de um movimento de massas em plena ditadura militar (Moita, 2024). Como bem destacou Borges (1998), até o final da década de 1970, o setor ideológico com maior força sobre o Movimento Estudantil da UFMA era a Igreja Católica, o que explica por que muitas das lideranças do Diretório Central dos Estudantes (DCE) haviam sido formadas nas pastorais juvenis (Araújo, 2007). A universidade funcionou, portanto, como um catalisador onde os saberes da organização comunitária foram legitimados e ampliados, permitindo que o prestígio eclesial fosse transformado em reconhecimento político.

O aumento do ingresso de estudantes nas universidades públicas, como resultado direto das conquistas da luta pela redemocratização, trouxe para a UFMA novos debates sociais em que as categorias de “gênero”, “raça” e “classe” passaram a ocupar um lugar de relevância tanto no meio acadêmico quanto no movimento estudantil (Araújo, 2007). As mulheres desempenharam um papel fundamental nesse processo, atuando tanto nas pastorais católicas quanto nas assembleias universitárias para introduzir discussões pioneiras sobre a situação das mulheres ludovicenses e suas lutas específicas. As pastorais progressistas, que já operavam na formação política de muitos/as estudantes, serviram como um espaço privilegiado de conscientização feminina, permitindo que questões como violência doméstica, desigualdade salarial e participação política fossem deslocadas da esfera privada para o centro do debate estudantil.

Essa influência refletiu-se na articulação de coletivos e grupos de discussão dentro da UFMA que, ao final dos anos 1980, começaram a organizar pautas feministas de forma mais sistemática. Lourdes Leitão menciona que seus primeiros contatos com os impasses de

⁵ A “opção preferencial pelos pobres” da Teologia da Libertação encontrou no estado maranhense (marcado por profundas desigualdades sociais) terreno fértil para sua aplicação prática (Costa, 1994, p. 15). Através de círculos bíblicos e CEBs, leigos e religiosos promoveram simultaneamente formação religiosa e conscientização política, capacitando lideranças comunitárias (Araújo, 2007). No campo, as pastorais sociais assumiram papel crucial na defesa de camponeses contra a violência dos latifundiários, frequentemente apoiados pelo aparato repressivo estatal, conforme documentado pela CPT-MA em 1978. Além da ativa atuação rural, a Igreja Católica exerceu significativa influência sobre o movimento estudantil em São Luís, particularmente durante a Greve da Meia Passagem em 1979. Através de suas pastorais juvenis e do apoio de setores progressistas do clero, a Igreja ofereceu suporte logístico e político aos estudantes, fornecendo espaços físicos para reuniões e articulações, além de respaldo moral contra a repressão policial. O Centro João XXIII, mantido pela Arquidiocese, tornou-se um dos principais pontos de organização do movimento (Documentos da CPT-MA, 1978).

gênero ocorreram ainda quando coordenava a Pastoral da Juventude (PJ), pois, a partir das demandas de mães que chegavam até ela, especialmente na luta pela formalização das creches, passou a perceber que as necessidades femininas careciam de uma atuação mais concentrada e específica (Morais, 2016).

No início dos anos 1980, São Luís viu florescer o Grupo Mulheres da Ilha, como observa Rocha (2003, p. 86), nesse cenário, ocorria uma significativa transformação no espectro das lutas sociais, onde “questões até então entendidas como pessoais ou secundárias passaram a ser bandeiras políticas, incluindo debates sobre diferenças, poder nas relações cotidianas, afetividade e sexualidade”. A UFMA consolidou-se como o espaço central desse processo, pois em seus corredores e no movimento estudantil reorganizado as discussões sobre a condição feminina ganharam força, estimuladas pelas recentes produções teóricas feministas e pelas experiências concretas das estudantes. Paralelamente, os setores progressistas da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base e da Pastoral da Juventude, ofereciam uma formação ética e política que, embora não fosse explicitamente feminista, criava disposição para o engajamento social. A opção preferencial pelos pobres, princípio central da Teologia da Libertação, ajudava a desnaturalizar formas de opressão, abrindo caminho para que muitas jovens questionassem sua condição como mulheres. Conforme observa Araújo (2007, p. 154), “as reuniões de grupos bíblicos frequentemente se transformavam em espaços de compartilhamento de experiências pessoais que revelavam padrões comuns de discriminação de gênero”.

A Greve da Meia Passagem em 1979 (pode) ter funcionado como um catalisador desse processo, fortalecendo as redes de sociabilidade política onde as futuras lideranças feministas puderam amadurecer reflexões e formas de atuação. Foi nesse caldo cultural, que mesclava a linguagem dos direitos humanos, os debates universitários e a formação eclesial, que o Grupo Mulheres da Ilha encontrou suas bases.

O feminismo maranhense que emergiu nesse período não reproduziu mecanicamente os modelos dos grandes centros urbanos, mas desenvolveu uma abordagem própria enraizada nas condições locais. Sua originalidade residu/reside na capacidade de síntese entre diferentes matrizes de pensamento e na intersecção de classes, reunindo mulheres universitárias oriundas da pequena burguesia intelectual e estabelecendo diálogos consistentes com trabalhadoras urbanas e rurais. Diferente de grupos que se concentravam estritamente em

ambientes acadêmicos ou institucionais, o Mulheres da Ilha atuava tanto nas universidades quanto em associações comunitárias e espaços eclesiais, revelando uma estratégia consciente de inserção social ampliada. Essa vinculação orgânica permitiu ao movimento estabelecer alianças com sindicatos e associações de bairro, utilizando formas organizativas assembleares que valorizavam os saberes experienciais e o compromisso com a formação política permanente. Assim, o feminismo maranhense resultou de um duplo movimento: a apropriação criativa de ideias feministas globais e o profundo enraizamento dessas ideias no solo social e cultural específico do Maranhão, resultando em um movimento que soube traduzir as grandes questões de gênero para a realidade local e articular-se com outras lutas sociais em curso.

2. PERFIS DAS PORTA-VOZES DO FEMINISMO MARANHENSE

O principal terreno de atuação das agentes é a capital São Luís, embora suas intervenções também alcancem municípios do interior do estado, como Imperatriz e Turiaçu. Dos cinco perfis analisados, três nasceram no Maranhão, sendo todos naturais de São Luís. As demais agentes são originárias de outras regiões do país: uma nasceu na cidade de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte, e outra em São Miguel do Anta, localizada no estado de Minas Gerais. Quatro delas nasceram durante a ditadura militar (1964-1985), contexto que influenciou seu engajamento político posterior. Suas famílias têm origens socioeconômicas modestas: os avós possuíam baixa escolaridade (ensino fundamental) e exerciam ocupações manuais ou informais, enquanto os pais apresentaram ligeira mobilidade ascendente, com alguns alcançando formação técnica e atuando como comerciantes, trabalhadores manuais ou profissionais liberais.

Quadro 1: Nível de escolaridade e profissão dos avós.

AGENTES	ESCOLARIDADE DOS AVÓS	PROFISSÃO DOS AVÓS	VÍNCULOS COM ENGAJAMENTOS POLÍTICOS
Conceição Amorim	Nível Fundamental	Avós maternos: Comerciantes Avós paternos: Trabalhadores Rurais	Sim.
Lourdes Leitão	_____	_____	_____
Mary Ferreira	Semianalfabetos	Trabalhadores Rurais	Não.
Neuzeli Pinto	Semianalfabetos	Avós maternos: Lavradores Avós paternos: Comerciantes	Sim.

Silvane Magali	Avós maternos: Nível Fundamental Avós paternos: Semianalfabetos	Avós maternos: Operários Avós paternos: Pescadores	Sim.
----------------	--	---	------

Quadro 2: Local de nascimento e origem social das agentes.

AGENTES	ANO DE NASCIMENTO	LOCAL DE NASCIMENTO	ESCOLARIDADE DOS PAIS	PROFISSÃO DOS PAIS
Conceição Amorim	1963	Rio Grande do Norte	Ensino Fundamental	Pai: Comerciante Mãe: Dona de Casa
Lourdes Leitão	1957	Maranhão	_____	_____
Mary Ferreira	1956	Maranhão	Pai: Ensino Fundamental incompleto Mãe: Semianalfabeta	Pai: Pescador Mãe: Doméstica
Neuzeli Pinto	1970	Minas Gerais	Pai: Ensino Fundamental incompleto Mãe: Ensino Médio e Técnico	Pai: Comerciante Mãe: Técnica de Enfermagem
Silvane Magali	1964	Maranhão	Pai: Ensino Médio e Técnico Mãe: Ensino Médio e Técnico	Pai: Construtor Civil Mãe: Comerciante

O meio universitário constitui o eixo unificador das trajetórias das cinco agentes. Todas obtiveram titulação em instituições públicas, com predominância da UFMA e UEMA. Quatro fizeram graduação no Maranhão; uma, oriunda de outro estado, formou-se na Universidade Federal de Viçosa antes de se integrar às universidades maranhenses. O perfil formativo revela coerência temática: três são graduadas em Serviço Social, uma em Biblioteconomia e outra em Economia Doméstica, áreas tradicionalmente associadas a vocações femininas e de forte componente social. A especialização foi aprofundada em pós-graduação, com mestrados e doutorados concentrados em Políticas Públicas, Psicologia e Sociologia.

Conforme Reis (2015), essa formação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas proporcionou às agentes um “instrumental de intervenção”, um conjunto de ferramentas conceituais e práticas que lhes permitiu transitar entre diferentes domínios sociais e ampliar seu raio de influência. Na academia, suas escolhas revelam um processo duplo: a consolidação de expertise técnica pela aquisição progressiva de titulação e a conversão desse prestígio cultural em prestígio social e político por meio da ocupação de espaços institucionais. Quatro delas tornaram-se professoras nas mesmas instituições onde se formaram, criando um ciclo virtuoso de reprodução e ampliação de conhecimento.

Quadro 3: Formação Escolar das agentes.

AGENTES	GRADUAÇÃO	MESTRADO/ ESPECIALIZAÇÃO	DOUTORADO	PÓS-DOUTORADO
Conceição Amorim	Serviço Social/ Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA) - (2009)	Especialização em docência no ensino superior /Faculdade Ítalo Brasileira/FIB - (2011) Especialização em Gestão de Políticas Públicas em gênero e raça / Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - (2012) Especialização em Saúde Pública / Faculdade Ítalo Brasileira/FIB - (2015)	_____	_____
Lourdes Leitão	Serviço Social/Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - (1980)	Políticas Públicas/ Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - (1998)	Políticas Públicas/ Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - (2009)	_____
Mary Ferreira	Biblioteconomia /Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - (1981)	Políticas Públicas / Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - (1999)	Sociologia/ Universidade Estadual Paulista - (2006)	Informação e Comunicação/ Universidade do Porto/Portugal - (2019)
Neuzeli Pinto	Economia Doméstica / Universidade Federal de Viçosa (UFV) - (1994)	Psicologia/ Universidade de São Paulo (USP) - (1988)	Psicologia/ Universidade Federal do Pará (UFPA) - (2013)	_____
Silvane Magali	Serviço Social/ Universidade Federal do Maranhão - (s/d)	Psicologia Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) -	Políticas Públicas/ Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - (2012)	_____

		(2002)		
--	--	--------	--	--

Quadro 4: Inscrições acadêmicas e vínculos com núcleos e grupos de pesquisa

AGENTES	CARGOS ACADÊMICOS	VÍNCULOS COM NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA
Conceição Amorim	Docente - Faculdade Atenas Maranhense (2017-2019) Chefe de divisão do serviço social na Universidade Estadual da Região Tocantina do MA/UEMASUL (2017- 2022)	
Lourdes Leitão	Docente (graduação e pós-graduação) Universidade Federal do Maranhão - (1992-2018) (1999) - Direção do Departamento de Serviço Social (UFMA) (2000) - Coordenação do Curso de Serviço Social (UFMA) (2012) - Membro do colegiado do Programa de Pós em Políticas Públicas (UFMA) (2018) - Direção do PPG em Políticas Públicas (UFMA)	GERAMUS - UFMA 2006 - Cria o grupo de Pesquisa e Extensão sobre relações de gênero, etnico-raciais, geracional, mulheres e feminismos
Mary Ferreira	Docente - Universidade Federal do Maranhão no curso de biblioteconomia (1993) (1999) - Direção de Monografia do curso de Biblioteconomia (UFMA) (2006) - Integrante do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (UFMA)	NIEPEM - UFMA (1993) - criação do Núcleo de Estudos sobre Mulheres, cidadania e relações de gênero.
Neuzeli Pinto	Docente - Universidade Federal do Maranhão do curso de Engenharia elétrica - (2000-2002) Docente - Universidade Estadual do Maranhão do curso de ciências sociais (2003-2024)	NEGESF - UEMA cria o Núcleo de Estudos e pesquisa de gênero, sexualidade e família (s/d)

	(2015) - torna-se assistente do centro de ciências sociais (UEMA) S/D - Integrante do Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento socioespacial e regional (PPDRS/UEMA)	
Silvane Magali	Docente - Universidade Federal do Maranhão e do curso de serviço social - (1994-2024) (2003) - Coordenadora de Estágio do curso de serviço social (UFMA) (2006) - Membro do Colegiado do curso de serviço social (UFMA)	GERAMUS - UFMA (2006) - Cria o grupo de Pesquisa e Extensão sobre relações de gênero, etnico-raciais, geracional, mulheres e feminismos.

As agentes também atuaram na institucionalização de núcleos e grupos de estudo nas universidades maranhenses. Lourdes Leitão e Silvane Magali fundaram o GERAMUS/UFMA. Mary Ferreira criou o NIEPEM/UFMA em 1993, o primeiro núcleo de gênero da universidade. Neuzeli Pinto fundou o NEGESF na UEMA. O reconhecimento acadêmico e profissional dessas mulheres não se baseia apenas na apropriação do arcabouço teórico das Ciências Sociais, mas em um conjunto articulado de estratégias e investimentos que ampliam sua legitimidade. Entre esses elementos, destacam-se: o investimento em títulos de pós-graduação obtidos em instituições bem posicionadas no cenário universitário brasileiro; a aposta na mobilidade acadêmica nacional e internacional, utilizada como critério distintivo de suas habilidades e competências, presente em três das cinco agentes; a participação ativa nos processos de institucionalização de cursos de graduação e pós-graduação por meio do exercício de cargos administrativos, verificada em quatro dos perfis; a criação de grupos, núcleos e laboratórios de estudos em Instituições de Ensino Superior para fortalecer as causas que defendem, também presente em quatro agentes; e a produção acadêmica significativa, com publicações vinculadas aos núcleos de estudo e à disseminação das pautas de gênero e feminismo.

O levantamento das publicações conjuntas revelou que as agentes operam com as mesmas palavras-chave identificadas em suas produções individuais: “mulheres”, “feminismo” e “violência contra a mulher” são os termos mais recorrentes. Essa predominância, segundo Reis (2015), explica-se pelo grau de intervenção na realidade que esses vocábulos possibilitam, constituindo uma “modalidade de intervenção intelectual” que insere categorias na “agenda de problemas sociais”. As tomadas de posição em questões conjunturais e de interesse público funcionam como instrumentos de legitimação, afirmando os/as agentes como portadores de conhecimentos compatíveis com problemáticas legítimas.

Identificou-se um esforço contínuo das agentes na produção de livros, artigos e resumos que abordam seu contexto de atuação, além de textos jornalísticos voltados para a “causa feminista”. Outros eixos centrais dessa produção são a reflexão teórica sobre “gênero” e “feminismo” e a elaboração de textos que resgatam a memória da própria causa, com ênfase no período da redemocratização e nas trajetórias dos grupos de mulheres que emergiram nesse contexto. Essa marca memorialística, particularmente evidente nos trabalhos de Mary Ferreira, cumpre uma função estratégica. Como observa Reis (2015, p. 63), produções que destacam eventos e mobilizações históricas vinculadas a causas legítimas operam como “estratégias privilegiadas de celebração das biografias, da demarcação de posições e dos fatos”. Trata-se, portanto, de um recurso que não apenas registra o passado, mas também afirma autoridade e legitima posições no presente. As produções escritas das agentes analisadas revelam-se, portanto, muito mais do que registros acadêmicos ou intelectuais isolados. Elas constituem instrumentos estratégicos de legitimação e intervenção no espaço público, articulando a competência técnica com o compromisso político. Ao mobilizarem categorias como “gênero”, “feminismo” e “violência contra a mulher”, e ao investirem na memória da “causa feminista”, essas mulheres não apenas consolidam sua autoridade como porta-vozes legítimas, mas também contribuem ativamente para a construção de uma agenda de problemas sociais que atravessa gerações. Dessa forma, a produção intelectual revela-se parte indissociável de um processo mais amplo de consagração, no qual saber acadêmico e militância política se retroalimentam, garantindo a essas agentes um lugar de destaque nos domínios intelectual, político e cultural do Maranhão

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória dessas cinco mulheres evidencia que o reconhecimento como porta-vozes do feminismo no Maranhão não foi um ponto de chegada, mas um processo contínuo de construção de legitimidade em diferentes arenas. Mais do que acumular títulos ou ocupar cargos, elas aprenderam a mover-se com desenvoltura entre o ativismo de base, a universidade e as estruturas de governo, convertendo o saber acadêmico em ferramenta de intervenção política e a militância em credencial para a gestão pública. Essa capacidade de trânsito, longe de ser um movimento individual, foi moldada por um contexto histórico singular, no qual a Igreja progressista ofereceu as primeiras lições de organização coletiva, o movimento estudantil forjou a disposição para o confronto e a universidade consolidou o repertório conceitual necessário para dar densidade teórica às pautas feministas.

O que se observa ao longo de suas trajetórias é uma espécie de costura entre tempos e espaços que a historiografia tradicional costuma separar: a experiência nas Comunidades Eclesiais de Base nos anos 1970, a participação na Greve da Meia Passagem em 1979, a entrada na universidade nos anos 1980, a criação de núcleos de pesquisa sobre gênero, a ocupação de cargos em secretarias estaduais e a atuação no Fórum Maranhense de Mulheres. Esses momentos não se sucedem de forma cronológica linear, mas se sobrepõem, se retroalimentam e se atualizam constantemente nas narrativas que essas mulheres constroem sobre si mesmas. É nessa sobreposição que reside a força de suas trajetórias: a capacidade de fazer dialogar experiências aparentemente distantes, de transformar a memória em recurso político e de reinvestir continuamente os capitais acumulados em novos espaços de atuação. A pesquisa buscou demonstrar, ainda que brevemente, que compreender esse processo exige um olhar atento às especificidades regionais.

Ao final, o que fica é a compreensão de que o feminismo maranhense não chegou de fora, mas foi gestado nas entranhas das lutas sociais do estado. As trajetórias analisadas não são apenas histórias individuais de ascensão, mas expressões de um movimento coletivo que se reinventa ao longo do tempo. O legado desse processo se expressa na consolidação dos estudos de gênero nas universidades maranhenses, na criação de políticas públicas voltadas às mulheres e na formação de novas gerações de militantes que, atualmente, seguem ampliando e

atualizando as pautas construídas por essas pioneiras. Mais do que histórias individuais de ascensão, suas trajetórias são capítulos de uma história coletiva que continua em movimento, reafirmando a importância de se pensar o feminismo a partir das condições concretas em que ele se produz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ana Lígia Alves de. Mulheres em luta: memória e história na São Luís dos anos 80. 2007. 103 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2007.

BORGES, Arleth Santos. A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão. 1997. 296 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1988.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 1996.

BOURDIEU, Pierre. O senso prático. Petrópolis: Vozes, 2020.

CARNEIRO, Sonayra dos Santos. Perfis, produções e apropriações de autoras referenciadas em trabalhos sobre a Amazônia. 2024. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

CHARLE, Christophe. História das elites e método prosopográfico. *In*: HEINZ, Flávio M. (org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 39-60.

CORADINI, Odaci Luiz. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. Sociologias, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 194-219, jul./dez. 1996.

CORADINI, Odaci Luiz. A politização em condições politicistas: alguns problemas analíticos e resultados de trabalhos. Revista Política e Sociedade, Florianópolis, v. 16, n. 37, p. 212-238, set./dez. 2017.

ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 1993.

ELIAS, Norbert. Mozart: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FERREIRA, Maria Mary. As Caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas no Maranhão. São Luís: EDUFMA; Grupo Mulheres da Ilha, 2007.

GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos. O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita. Revista Pós Ciências Sociais, São Luís, v. 9, n. 17, p. 101-121, jul./dez. 2012.

GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos. Dos campos aos domínios das elites no Brasil. TOMO, São Cristóvão, n. 32, p. 31-58, jan./jun. 2018.

GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos. Domínios sociais e multinotabilidades: notas sobre a produção de agentes sociais no Brasil. In: GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos (org.). Estudos de elites e formas de dominação. São Leopoldo: Oikos; São Luís: EDUFMA, 2020. p. 9-28.

GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos. Juxtapositions de logiques et de domaines culturels et politiques dans l'état du Maranhão. Bresil(s), Paris, v. 24, p. 1-22, 2023.

MOITA, Júlia Francisca Gomes Simões. As ativistas maranhenses e a redemocratização do Brasil: gênero, sexualidade e contracultura na Ilha de São Luís (1980-2010). 2024. 255 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

MORAIS, Adenilda. Institucionalização dos estudos de gênero na UFMA: uma análise da identidade feminista a partir da narrativa de vida. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

PINTO, Neuzeli Magalhães; FERREIRA, Maria Mary. Mulheres, classe social e violência de gênero em tempos de pandemia. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 12, p. 130-145, 2021.

REIS, Eliana Tavares dos. Trajetórias, espaços e repertórios de mobilização. Porto Alegre: Oikos; São Luís: EDUFMA, 2015.

REIS, Eliana Tavares dos. “Confissões políticas” de mulheres parlamentares. Repocs, São Luís, v. 17, n. 34, p. 189-214, jul./dez. 2020.

ROCHA, Maria Elizabeth. Gênero e política: um estudo sobre as mulheres na Câmara Federal. São Paulo: Annablume, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 19-86.

SEIDL, Ernesto. Catolicismo e mediação cultural no extremo sul do Brasil. *In*: GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos (org.). Estudos de elites e formas de dominação. São Leopoldo: Oikos; São Luís: EDUFMA, 2020. p. 53-72.